

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM UM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESCOLHA DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

Mauro Barros da Silva ¹, Leyderyan de Souza Xavier ², José A. Assunção Peixoto ³,
Álvaro Chrispino ⁴

CEFET-RJ / Programa de Mestrado em Tecnologia
Avenida Maracanã 229/ Bloco E/ 5º. Andar/ Maracanã
20271-110 – Rio de Janeiro – RJ
¹ maurobarros48@msn.com

CEFET-RJ / Diretoria de Pesquisa e Pós Graduação
Avenida Maracanã 229/ Bloco E/ 5º. Andar/ Maracanã
20271-110 – Rio de Janeiro – RJ
² xavierls@cefet-rj.br, ³ jpeixoto@cefet-rj.br, ⁴ chrispino@infolink.com.br

Resumo: Este artigo é constituído de três partes, além das considerações finais. Em sua primeira parte, a introdutória, apresenta seu principal objetivo: discutir o conceito de competência no universo do trabalho e da globalização econômica, atrelado ao contexto de Ciência, Tecnologia e Sociedade – CTS. Em sua segunda parte, baseia-se no conceito grego de ascese para discutir os mecanismos de sujeição do homem às constantes mudanças nos padrões de competência, tendo em vista que somente estes padrões poderão garantir-lhe seu status de consumidor. Abre também uma discussão sobre a permanência deste homem/consumidor nos mesmos processos produtivos, uma vez que os novos modelos de produção tornam-se cada vez mais restritivos à presença do humano. Na terceira parte, o artigo desloca-se para uma reflexão sobre a Educação Formal e Informal, ressaltando a importância da sociedade na formação do indivíduo e apresentando uma crítica aos modos de avaliação de desempenho, tanto na Educação, quanto no ambiente profissional. Toda a discussão é permeada por reflexões a cerca da hegemonia das nações produtoras de tecnologia sobre as outras, chamadas “em desenvolvimento”, que, em última instância, são fornecedoras de matéria prima, mão-de-obra e ambiente de produção.

Palavras-chave: Competência; Globalização Econômica; Educação Tecnológica; Avaliação de Desempenho.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir o conceito de Competência dentro de um contexto de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), hoje atrelado de forma significativa ao universo do trabalho e da globalização econômica. Para isto será necessário observarmos os parâmetros de Desenvolvimento, Educação, Sustentabilidade e Políticas Públicas, uma vez que estes parecem tecer uma nova configuração ao triângulo CTS. Se antes tais parâmetros já se apresentavam como determinantes no processo de criação e distribuição de tecnologias, hoje, a partir dos referenciais econômicos globalizados, o fazer científico, com vistas à produção tecnológica, mostra-se cada vez mais definitivo no desenvolvimento e hegemonia das sociedades.

A trama tecnocientífica se desenvolve prendendo-se na urdidura de uma sociedade em que ciência e tecnologia desempenham um papel decisivo em sua própria configuração. Portanto, o entrelaçamento entre ciência, tecnologia e sociedade obriga a analisar suas relações recíprocas com mais atenção do que implicaria a ingênua aplicação da clássica relação linear entre elas.(Bazzo, Linsingen e Pereira 2003).

Não é proposta deste texto apresentar soluções definitivas para os problemas decorrentes do uso indiscriminado do conhecimento humano – o que seria de exacerbada pretensão. Mas sim, analisá-los, propondo uma discussão sobre fatores relacionados à formação do cidadão-profissional, que há muito vêm afligindo o mundo e agravam-se hoje, tendo como principal fator a corrida para o chamado *Desenvolvimento Tecnológico*.

O significado de *desenvolvimento tecnológico* tem sido utilizado de forma expandida, sempre apresentando seus vários sentidos a partir dos interesses individuais de nações, de grupos financeiros e, inclusive, de muitos governos de *nações desenvolvidas e de outras em desenvolvimento*. Este contexto leva-nos a uma reflexão sobre os significados de *desenvolvimento e competência*, uma vez que ambos estão atrelados a um mundo de caráter corporativo e financeiro, onde a *competência* ganha *status* de poder e é, em uma segunda via, o sub-produto deste mesmo poder.

A década de 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão imensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, a qual atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (...). (Antunes, 2002. p.23; 24. Grifos do autor)

É neste cenário, descrito por Antunes, que se re-configura o sentido da palavra *competência*.

Discutir o tema *Competência*, inserindo-o em um contexto de mudanças tecnológicas e sociais, remete-nos à necessidade de analisar do termo em seus sentidos lato e estrito, ou seja, tanto em seu significado primeiro, quanto em seu significado a partir dos contextos de produção de capital, globalização econômica, desenvolvimento tecnológico e, principalmente, competitividade.

No sentido lato, o vocábulo *competência* significa: *qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade*.(Ferreira, 2000) Em seu sentido estrito, o significado se difere do anterior encontrando um objetivo específico: será competente, para as relações de produção e desenvolvimento, o indivíduo que apresentar as características referentes ao sentido lato de competência, de forma a serem empregadas em uma atividade (profissional) pré-determinada, com vistas a produção de bens de capital, em conformidade com o padrão de qualidade momentaneamente vigente.

Os objetos de análise deste artigo, porém, são de natureza subjetiva, destinam-se a uma discussão de subjetividades, ou ainda, das formas como o *indivíduo* torna-se *sujeito* dos mecanismos de produção e de distribuição de capital em uma economia global que, em certas áreas do globo, é produtora e em outras é consumidora compulsória de alta tecnologia.

Nesse contexto, o conceito de Competência se sustenta em dois fatores, que estarão no centro da discussão deste estudo: a autodisciplina, determinada pela capacidade de aceitação do sujeito e a Educação Profissional, muitas vezes também sujeito deste contexto sócio-econômico.

Assim, o conceito de Competência restringe-se aos objetos de exigência e normalização das grandes organizações, das políticas públicas a estas atreladas, e das determinações do capital, através de um pragmatismo utilitário, onde o humano, na tentativa de satisfazer sua

escala de necessidades e desejos, torna-se refém de si próprio e do contexto sócio-econômico ao qual está inserido.

2. A FORMATAÇÃO DA COMPETÊNCIA: DISCIPLINA E CAPACIDADE DE ACEITAÇÃO

Como fundamentação deste comentário, vamos recorrer ao pensamento grego em um dos seus sentidos para a idéia de disciplina: a *ASCESE*.

Ascese: (Do grego askesis: exercício) Regra de vida pautada pela renúncia voluntária aos prazeres sensíveis, implicando uma mortificação das paixões. Obtenção de perfeição moral e ao desabrochamento espiritual.[...] Em Platão, preparação do espírito para chegar à contemplação da verdade.

Ascetismo: Doutrina moral ou religiosa que preconiza um modelo de vida austero, feito de privações e mortificações, tendo em vista alcançar a perfeição moral e o domínio de si. (Japiassú e Marcondes, 1996)

Para Ortega (2002), a ascese implica um processo de subjetivação. *Ela constitui um deslocamento de um tipo de subjetividade para outro tipo, a ser atingido mediante a prática ascética.* É sobre este conceito de ascese que repousa o significado de competência na sociedade contemporânea. A noção de *perfeição* grega subjaz às necessidades momentâneas de mercado, fazendo com que o *indivíduo*, neste caso, *sujeito*, viva em permanente oscilação entre uma identidade des-construída e outra a ser construída. Desta forma, o *sujeito asceta* estará sempre em estado de trânsito, em processo, em movimento, em direção a uma nova subjetividade. Esta nova subjetividade poderia representar para o *sujeito asceta* a sua identidade definitiva, aquela com a qual se sustentará no universo do trabalho e do capital, no entanto, devido às variações ou mutações do binômio tecnologia-capital, esta é apenas a identidade para a qual se orienta momentaneamente a satisfação de suas necessidades, dentro de um determinado sistema econômico.

Em termos operacionais, a constatação da competência individual é dimensionada a partir da perspectiva de um determinado observador: o *sujeito avaliador*, que se acredita representante *competente* de um sistema válido e concreto de aferição de valores. Este avaliar, com vistas a uma seleção aparentemente inquestionável, coloca o sistema de avaliação de competências em uma estrutura de caráter virtual, dependente das afinidades deste observador e dos padrões de tecnologia e economia momentaneamente afins ou disponíveis.

Começamos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. (Antunes, 2002. p.23)

Desta forma, de um lado, temos o *sujeito asceta*, construto deste momento sócio-econômico, crente e seguro de suas determinações, considerando que a aquisição ou a construção de uma determinada identidade de competências lhe proporcionará o encontro definitivo com uma estabilidade econômica e profissional. Em contrapartida, de outro lado, temos o *sujeito avaliador*, crente em seu papel de classificar padrões de competências, no entanto, refém do mesmo sistema de representações. Estes papéis poderão ser alternados, dependendo de uma condição espaço-temporal, onde as necessidades da tecnologia e do mercado as determinem.

Esta problematização leva-nos a indagar de que maneira estágios tão mutáveis de desenvolvimento tecnológico definem tão rigorosamente os padrões de competência. Vemos que a valorização de um ascetismo direcionado ao mercado ocorre, inclusive, em sociedades

nas quais técnicas e tecnologias são assimiladas de um desenvolvimento remoto, importadas dos países chamados *desenvolvidos*.

A necessidade de se desenvolverem competências para a realização de qualquer atividade humana é um fator inerente aos *sistemas de produção* desde a antiguidade, onde elas representavam apenas formas simples de sobrevivência. Consideramos *sistemas de produção*, neste caso, as relações individuais ou coletivas entre homem e natureza, com fins únicos de subsistência e de preservação da espécie, como caça, plantio, colheita, dentre outros.

É muito possível que nas sociedades mais primitivas, por uma questão de sobrevivência num mundo hostil, os homens tenham desenvolvido mais suas habilidades técnicas do que sua capacidade de adquirir conhecimentos. Pelo menos armas e instrumentos feitos de pedra demonstram um desenvolvimento tecnológico desde épocas pré-históricas (...). Mas é só na Grécia que nasce o verdadeiro espírito da ciência, cujo ideal é o encontro da verdade. (Ducassé, 1974, p. 20. apud Donadio, 1983)

Neste caso, a competência essencial era aquela que permitisse ao indivíduo sua sobrevivência e a de sua prole – o que não difere, em muito, dos tempos contemporâneos. O diferencial contemporâneo é o conceito de sobrevivência, outrora, constituído apenas da satisfação de necessidades fisiológicas e de segurança¹, hoje acrescido do *desejo* que, por mecanismos alheios à percepção do sujeito, confunde-se com *necessidade* e incorpora-se de forma definitiva a seu processo de sobrevivência.

Devido às inovações utilitárias, desenvolvidas e distribuídas pelos próprios sistemas de produção, a satisfação de necessidades tende a se expandir, agregando o desejo ao conceito de *sustento* (em muitos casos de *sobrevivência*). Assim, o crescente desenvolvimento tecnológico, no qual a humanidade equivocadamente espelhou seu perfil de desenvolvimento humano, criou novas *necessidades*, confundindo o conceito de *desejado* com o conceito de *necessário*.

Temos aqui o surgimento do binômio produção-consumo, determinante de mudanças sociais que se refletem nos próprios modos de produção, nos planos macro e micro-econômicos das sociedades que se tornam cada vez mais interdependentes e na condição individual de cada *sujeito*, tornando-o mais *consumidor* e menos participante do processo de produção de bens de capital, uma vez que o próprio *ciclo tecnológico*, gerador das mudanças, exclui cada vez mais a participação do humano em seus processos.

Quando, na Inglaterra, as relações de trabalho e capital evoluíram para a criação do sistema Industrial, que implica o controle da produção e a maximização dos lucros, a sociedade, tendo sofrido profundas modificações, já estava dividida entre capitalistas e operários, as relações familiares entre os operários tinham sido afetadas de maneira Irreversível e empregadores e operários tinham-se tornado duas forças antagônicas. Como resultado tanto desse conflito, como da competitividade desenvolvida dentro da própria classe capitalista, a inovação tecnológica tornou-se uma necessidade. Produzir mais e melhor, a custos mais baixos, e tornar o processo produtivo cada vez menos dependente do trabalho operário tem sido uma alavanca para o desenvolvimento tecnológico até hoje. (Donadio, 1983, p. 20)

Como resposta ao desenvolvimento de novas tecnologias, observamos um espaço cada vez mais limitado para a atuação do indivíduo nos sistemas de produção. Em contrapartida, esse próprio sistema se reconstrói a cada momento, desenvolvendo formas mais eficazes e velozes de produção, carecendo cada vez mais do personagem consumidor – o próprio indivíduo –, este anela-se às suas novas necessidades – desejos –, produzidas por esses sistemas produtivos e alinha-se a uma corrida cada vez mais veloz pela manutenção de sua sobrevivência e de seu *status quo*.

A escassez de postos de trabalho, gerada pelo aperfeiçoamento das tecnologias produtivas, acirra uma competição, na qual o fator diferencial competitivo é a chamada

¹ Segundo Maslow as necessidades básicas de cada ser humano estão situadas nestas áreas, as quais ele considerou como a base de sua "Pirâmide de Necessidades" (Chiavenato, 2006)

competência para lidar e dominar essas sempre novas tecnologias, que se transformam e se readaptam, exigindo cada vez mais velocidade e flexibilidade de seus *sujeitos*.

Como consequência, o indivíduo *sujeita-se* às determinações de um cenário, que oscila entre *consequência e causa*, a partir de conceitos como: *inovação, desenvolvimento, eficácia, competição global, soberania*, entre outros de igual concretude conceitual, e mergulha na ascensão contemporânea, aquela que o capacita aos mutantes processos produtivos.

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acreditaria que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1979)

3. A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Vivemos hoje a chamada Sociedade da Informação. O caminho que nos trouxe desde a Sociedade Industrial até os dias atuais cobrou seu preço: entender e participar do desenvolvimento, a qualquer custo. Mesmo as sociedades não industrializadas, onde suas economias estavam fincadas em uma agricultura familiar básica e em um processo de produção de bens quase artesanal, tiveram que adequar suas formas de produção, em nome de uma globalização, nem sempre, conveniente a estas sociedades. Historicamente, algumas nações vieram se adequando, à medida que provocavam, elas mesmas, tais mudanças; no entanto, a maior parte do globo terrestre, não.

O advento da Revolução Industrial no final do século XVIII representa, sem dúvidas, o marco destas transformações que se mostram definitivas em fins do século XIX e se desenvolvem com o surgimento do Taylorismo, do Fordismo e da produção em massa. Mas é a partir do final da Segunda Grande Guerra que as chamadas novas tecnologias vão disparar o gatilho que desencadeia o processo irreversível que nos leva à *Sociedade da Informação*, ou *Sociedade do Conhecimento*.

Este *fenômeno*, porém não se deu de forma linear, em escala planetária: o desenvolvimento de algumas sociedades, em geral, situadas no hemisfério norte, se concretiza, em detrimento de outras, em sua maioria, localizadas no hemisfério sul. Essas últimas passam, então, a ser denominadas *sub-desenvolvidas* e, posteriormente, *nações em desenvolvimento*.

As nações tidas como *em desenvolvimento*, pela suas próprias condições de antigas colônias, acabam por trilharem um caminho cada vez mais distante deste proclamado desenvolvimento, em função de terem se tornado meras fornecedoras de matéria prima, de áreas de terra e mão-de-obra para a implantação e o fortalecimento de empresas transnacionais, oriundas das nações chamadas *desenvolvidas*.

Essas organizações mantêm suas sedes em seus países de origem e desenvolvem suas plantas nestas outras nações, onde é possível praticar salários mais baixos, impostos e multas menos rigorosas entre outros benefícios fiscais. Criam, assim, uma falsa impressão de desenvolvimento nestes países, uma vez que oferecem novos postos de trabalho, importam novas tecnologias e aquecem a micro-economia do país hospedeiro.

Outra situação desvantajosa para os países em desenvolvimento é criada pelas multinacionais instaladas em seu território. As vantagens de curto prazo – entrada de capital, criação de novos empregos, produção local de artigos anteriormente importados – parecem anular-se a prazo mais longo porque, por exemplo, P&D são geralmente realizados na matriz, no exterior. (Donadio, 1983, p. 38)

As principais consequências destas *parcerias*, no entanto, são a evasão de divisas, os

graves prejuízos ambientais e a extradição constante de matéria-prima nativa, já manufaturada como produto acabado. Atendendo, de forma barateada, os mercados de alto consumo dos países desenvolvidos, como nos mostram Granell e Villa (2003): *Os 20% da população mundial, cuja maior parte vive em cidades de países ricos, consomem 80% dos recursos naturais.*

Esta prática, além de gerar uma *pegada ecológica* de proporções desumanas, é a principal mantenedora dos baixos níveis de desenvolvimento das *antigas* colônias, uma vez que é do interesse das *nações desenvolvidas* o fornecimento de (sempre) novas tecnologias, as quais deverão ser incorporadas aos processos produtivos dos *países-colônia*.

Outro fator agravante, no processo de crescimento desses países, está na pesquisa científica. Ao contrário das grandes potências, os *países-colônia* não tiveram incorporado ao seu processo histórico o desenvolvimento da pesquisa científica aplicada, único caminho para o desenvolvimento tecnológico. Este fato cria entre os dois blocos um hiato cada vez mais profundo, *devido, entre outras razões, a uma tecnologia agora muito mais complexa – que exige maior qualificação de mão de obra e investimentos industriais mais vultosos – (...).* (Donadio, 1983, p. 38).

Este nos parece ser o centro da discussão da formação profissional, com vistas ao desenvolvimento de competências. No entanto, este trabalho não pretende apresentar soluções definitivas para uma questão de natureza tão complexa, como a formação profissional nos países em *desenvolvimento*. Acreditamos que estas soluções advirão da própria constância das discussões que se desenvolvem em torno do tema e, principalmente, das escolhas das políticas públicas, por parte dos governos, com vistas ao cumprimento de seus compromissos com *suas nações* e não com as *nações desenvolvidas*, como tem acontecido, em favor, sempre, de uma globalização unilateral.

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir [esta] globalização perversa. (Santos, 2001.)

Embora saibamos que suas respostas, não se apresentam como possibilidades imediatas, apresentamos algumas questões que nos parecem pertinentes a esta discussão.

- Como formar profissionais que possam ser considerados competentes para um mercado que exige do sujeito níveis tão elevados de conhecimento específico e, ao mesmo tempo, uma capacidade de re-adaptação constante às mudanças freqüentes nas técnicas e nas tecnologias, em países sem a tradição da pesquisa aplicada?
- Como reorganizar a formação de mão de obra, de maneira a se fazer o trânsito entre ser o mero operador – cada vez mais fora do mercado – e ser o criador das tecnologias, que poderão substituir o volume de máquinas e processos importados, principais responsáveis pela ainda condição de *colônia* das chamadas *nações em desenvolvimento*?
- Que processos formais e informais de educação vão garantir a formação de verdadeiras competências, destituídas da simples *aceitação* de modelos pré-determinados e importados?
- Como desenvolver a pesquisa aplicada e chegar a um modo de produção local, onde o valor do indivíduo não resida somente em sua capacidade de adaptar-se aos interesses de um mercado *globalizado* que, em última instância, globaliza apenas seus próprios interesses?

Estas e outras questões têm povoado as discussões sobre educação, política, sociedade, dentre outras áreas do conhecimento, na procura de uma *fórmula* que apresente resultados imediatos e eficazes. No entanto, sabemos que esta *fórmula* não será encontrada, mas sim elaborada, uma vez que não se trata de algo que possa ser importado de outras realidades sociais, como tem acontecido ao longo dos anos em países *em desenvolvimento*, como o Brasil, por exemplo.

As soluções para a corrida do *desenvolvimento* terão que surgir de uma discussão constante entre governos e sociedade, de maneira a serem construídas políticas públicas de educação, pesquisa e desenvolvimento sustentável, de interesse geral e não unilateral – como tem sido de costume. Tais políticas deverão ter em vista a sociedade a que se destina e seus interesses prioritários, pois, somente assim os países hoje considerados *em desenvolvimento* poderão atingir o patamar de desenvolvidos, considerando-se aqui o termo desenvolvido como significativo e significado de crescimento econômico associado ao bem estar social e ambiental.

No entanto, para que qualquer nação atinja a maturidade social que permita o diálogo do qual falamos no parágrafo anterior, é necessária a implantação de um plano educacional que concorra para isto. Tal plano educacional deve considerar tanto a Educação Formal, como a Educação Informal, de maneira sistêmica. Entendemos aqui, Educação Informal como a introjeção, por parte de indivíduo, do conjunto de atributos oriundos da própria sociedade, onde devem ser considerados os aspectos da cultura local, os modos de produção pré-existentes – com vistas à manutenção de uma identidade em evolução – e o respeito ao meio ambiente como forma única de sobrevivência e retro-alimentação dos sistemas produtivos. A Educação Informal pode ser representada pelo ideal da *sociedade* ou *cidade que educa*, conforme nos apresenta Granell e Vila:

A cidade tem sido historicamente um lugar de encontro e civilização. Desde seu aparecimento, há mais de 6 mil anos, a cidade tem estado estreitamente vinculada ao conceito de cidadania e cultura. Na Antiguidade, a cidade era a *polis*, a *civitas*, o lugar supremo no qual acontecia a participação, a vida coletiva, a civilização e a cultura. (Granell e Vila, 2003. p. 17 – grifos dos autores.)

Com relação à Educação Formal, é preciso considerar que esta, historicamente, vem sendo construída, através de políticas educacionais e governamentais que pouco contribuíram para o crescimento do indivíduo, tanto na direção da ciência e da tecnologia, como na direção da consciência de cidadão. Mudanças legais vêm sendo propostas e impostas, mas, fundamentalmente, as mudanças comportamentais da Escola, enquanto instituição, não vêm acontecendo. Este fato nos aponta para a certeza de que não haverá mudança institucional na Educação enquanto não houver uma mudança no paradigma social e econômico, não somente nos países a se desenvolverem, como nos supostamente desenvolvidos, aos quais este modelo estabelecido de Educação parece interessar.

Outra dimensão que necessita de discussão é a secção da Educação entre Educação Geral e Educação Profissional, estas não apresentam nenhuma razão para serem consideradas entidades distintas. O processo educativo se constitui em uma única via de convergência de elementos sócio-culturais onde o destino considerado é a formação do cidadão. Não podemos desconsiderar o fato de haver escolas onde o objetivo específico seja formação profissional, porém este não constitui motivo lógico para que tais entidades de ensino sintam-se isentas da formação do indivíduo para a sociedade e, conseqüentemente, para a vida.

O caminho percorrido pela Educação Profissional ou Educação Tecnológica nos países em desenvolvimento – e aqui podemos, mais uma vez, considerar o Brasil – não tem levado suas populações nem ao encontro dos parâmetros tecnológicos atuais, onde o ícone principal é a constante criação e renovação do conhecimento, nem a uma formação de consciência cidadã. Esta última constitui-se, dentro do modelo de crescimento econômico sustentável, a razão primeira na educação do indivíduo, uma vez que não haverá sustentabilidade econômica nem social em um planeta que continue focando seus meios de produção em modelos extrativistas e exploratórios, onde o conceito de eficácia tecnológica ainda se baseia em indicadores de desempenho puramente econômicos. Portanto, Educação Geral e Educação Profissional devem caminhar não somente juntas, mas como um bloco indissociável, ou não estaremos fazendo Educação, mas sim, treinamento ou coisa que o equivalha.

As constantes mudanças, tanto na sociedade, quanto nos meios de produção mostra-nos que hoje um cidadão em consonância com seu tempo é aquele que tenha *aprendido a aprender*. Aprender a aprender significa, principalmente, estar apto a *desenvolver competências*. Aqui, então, voltamos ao início deste texto: desenvolver competências para quê? Os sistemas de avaliação de competências, tanto escolares quanto profissionais, têm sido, em grande parte, responsáveis pelos equívocos que nos levaram e ainda nos levam ao caos econômico, social e ambiental onde ora nos achamos. Competente foi e ainda é, o indivíduo ou sistema que apresenta resultados imediatos, sempre positivos do ponto de vista da competição e do valor econômico. Mas o que dizer da falta de competência destes mesmos sistemas que não desenvolvem técnicas capazes de serem responsáveis pelo ciclo de vida de produtos que trazem satisfação e lucros imediatos, mas que degradam o ambiente, desencadeando um processo irreversível de destruição planetária? Competências devem ser avaliadas a partir de outras dimensões que não somente as mercantilistas. Para isso, é necessária uma *re-evolução* nas formas educacionais, tanto formais, quanto informais.

A formação educacional necessária para criar indivíduos que aprendem, dentro de um conceito de sustentabilidade, é a formação integral, baseada nas dimensões humanísticas, sociais, artísticas e científicas. Acreditamos não haver necessidade de justificativa para a valorização das ciências humanas e artísticas na formação do cidadão, estas dimensões parecem estar no senso comum, *pero no tropo*, uma vez que esbarram nas limitações econômicas dos programas de educação: *se há que se cortar algo, que seja o que não traz resultados imediatos*. (?) O ensino da arte e das humanidades, em nosso país, por exemplo, sempre foi relegado a um espaço de menor importância na Educação Oficial, mesmo quando constante nas leis que regulamentam o ensino, parece estar fadado ao descaso ou mesmo ao descumprimento, estes sempre justificados pela ausência de recursos ou de profissionais capacitados nas instituições escolares. Por outro lado, não seria arriscado afirmar que a ampliação da visão humanística de uma sociedade a impele contra a possível dominação desta por outra, o que tem repetidamente acontecido, à guisa de soberania cultural.

Quanto à dimensão científica, esta representa um item em especial, uma vez que as nações que não desenvolveram a pesquisa científica, voltada para aplicação em tecnologia, tornaram-se tecnológica e economicamente dependentes de outras, firmando seu papel de *país-colônia*, conforme já citado neste artigo.

Em entrevista à revista *Veja* (21/11/2007) o CEO – como é chamado – da Secretaria Municipal de Educação de Nova York declara que *Ninguém em sã consciência hoje pode abrir mão de um bom ensino de ciências, senão vai ficar para trás*. Não podemos tomar estas palavras como diretrizes de nossas políticas de educação, apenas por terem sido ditas por um gestor educacional de um país tecnologicamente desenvolvido, porém, havemos de concordar que são palavras que corroboram com o conceito de que a pesquisa científica, com vistas ao desenvolvimento tecnológico, é um caminho seguro para a independência cultural e econômica de qualquer país.

A partir da década de 1970, tínhamos clara a visão do cenário que já se configurava: a explosão das Tecnologias de Informação, reconfigurando, tanto os meios de comunicação quanto a economia e os modos de produção mundiais. Entretanto, apesar das mudanças nas leis de ensino, nos aspectos relativos às políticas públicas de incentivo à pesquisa científica, desenvolvimento de inovações tecnológicas, entre outros, pouco ou quase nada se fez. Além disso, as escolas de ensino propedêutico, assim como as escolas profissionais continuaram com seus velhos modelos, onde a memória é sempre privilegiada.

Nessa sociedade globalizada e interconectada o bem mais considerado será o conhecimento, mas um outro tipo de conhecimento, um conhecimento que difere de épocas anteriores, não consistirá tanto no acúmulo e na memorização dos conteúdos, mas na capacidade de selecionar a informação e transformá-la em conhecimento. (Granell e Vila, 2003).

Este cenário escolar, no qual a memorização e a repetição de fórmulas são os *indicadores de desempenho* mais freqüentes, é o espaço onde estamos formando os profissionais que, acreditamos, poderão enfrentar os desafios do mundo globalizado. É evidente que esta escola, ainda que arcaica, tem apresentado algum sucesso, porém não podemos ignorar as existentes exceções individuais e a cooperação de algumas famílias e da própria sociedade na formação de muitos dos nossos cidadãos. É neste ponto que salientamos a importância da sociedade na formação do indivíduo, seja no aspecto profissional seja no geral. No livro *A Cidade Como Projeto Educativo*, Granell e Vila (organizadores) falam do projeto desenvolvido na cidade de Barcelona, onde o papel educativo da escola dilui-se entre esta, a família e a sociedade, como nos mostra o texto recolhido de uma das notas do tradutor deste livro.

O Projeto Educativo da Cidade de Barcelona foi sistematizado e apresentado à população em 1999, sob coordenação da prefeitura e com colaboração de inúmeras entidades, associações, organizações, sindicatos, universidades, etc. (...). Deve-se observar o sentido de uma “esfera pública ampliada” em torno de novos consensos educativos exercitada na elaboração deste projeto. (Moraes, 2003).

Eis um modelo de política pública que pode colaborar em muito com a formação desta nova sociedade, onde o conceito de saber começa a confundir-se com o conceito de poder. É através da vivência e da convivência que cada indivíduo pode desenvolver seu conhecimento e disseminá-lo. É através das trocas, possíveis nos centros de convivência – e a urbe é um deles – que o desenvolvimento do saber se define como construção de competência, uma vez que o homem sempre aprendeu e desenvolveu técnicas e tecnologias quando agregado a grupos, clãs, tribos ou cidades.

Outro aspecto fundamental na mudança dos paradigmas educacionais são os seus *indicadores de desempenho*. Como já exposto, a educação formal tem privilegiado a memória, em detrimento da criatividade. Portanto, se estamos em uma corrida contra o tempo, é mais do que nunca necessária a mudança do foco na avaliação acadêmica, uma vez que esta continua na contra-mão dos requisitos fundamentais da pesquisa científica – caráter básico para o desenvolvimento e empoderamento das nações-colônia. Entendendo-se aqui desenvolvimento dentro dos conceitos de *desenvolvimento sustentável*.

Neste sentido, os *indicadores de desempenho* devem estar alinhados a uma avaliação de competências demonstrativas de que o indivíduo é capaz de produzir o desenvolvimento econômico, a partir da criação e da aplicação de novas técnicas e de novas tecnologias, sempre fundamentado no saber científico, além de estar consciente e comprometido com suas responsabilidades sociais e ambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

...a ciência e a tecnologia são hoje a causa dos principais problemas da sociedade industrial. A produção e distribuição dos “bens”, das riquezas, se baseiam num princípio regulador de escassez. O problema vem do fato de que as instituições da sociedade industrial não foram pensadas para tratar da produção e da distribuição dos “males”, isto é, dos riscos e acasos ligados à produção. (Beck, 2001)

Para as considerações finais deste artigo, apropriamo-nos das palavras de Ulrich Beck e enfatizamos a idéia de que *as instituições da sociedade industrial não foram pensadas para tratar dos males ligados à produção*. Esta é a causa principal das desigualdades sociais, econômicas e da degradação ambiental em nosso planeta. Assim, este cidadão, que hoje já compõe e comporá as populações mundiais, deverá orientar-se no sentido de desenvolver competências tais que o torne um ser inteiro, consciente de suas responsabilidades com o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, com a qualidade de vida em nosso planeta. Esta, porém, é uma tarefa de ordem coletiva, que advirá da responsabilidade das sociedades conscientes dos caminhos que escolheram.

Nesta *nova ordem* será necessária a assunção do coletivo, sem perder os focos delimitados pelas possibilidades individuais: cada povo, a seu tempo, deverá buscar suas próprias soluções, sem que com isso avance sobre seu par. Tais soluções não poderão deixar de lado o pensar científico agregado às reais necessidades humanas, entre elas a nossa própria sobrevivência. O planeta Terra ainda não agoniza, mais sofre, e cabe ao homem o papel de curar os *males* dos quais nos fala Beck. Nesta *nova etapa* a Formação Educacional – formal ou informal – terá preponderância e singular responsabilidade, uma vez que somente uma formação consciente das sociedades produzirá indivíduos verdadeiramente competentes para desenvolver e manter sadia a existência humana.

Agradecimentos

Ao professor Alexandre Alves de Oliveira pela imprescindível colaboração na pesquisa bibliográfica deste trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 8ª. Ed. Campinas. Ed, Cortez. 2002.

BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan; PEREIRA, Luiz. (org.) **Cadernos de Ibero-América: Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri. Ed. OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos. 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da Administração**. Rio de Janeiro. Elsevier Ed. 2006.

DONADIO, Lygia. “Política Científica e Tecnologia” In: **Administração em Ciência e Tecnologia**. MARCOVITCH, Jacques (org.). São Paulo. Ed. Edgard Blücher. pp. 17 – 42. 1983.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Aurélio: Dicionário Eletrônico**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 19ª. ed. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1979.

GÓMEZ-GRANELL, Carmem e VILA, Ignácio. (org.) **A CIDADE COMO PROJETO EDUCATIVO - Introdução**. Porto Alegre. Ed. Artmed. 2003

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1996.

ORTEGA, Francisco. “Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo” In: **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. RAGO, M. (org.) 2ª. ed. DP&A Ed. pp 139 – 173. 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BECK, Ulrich. “A Ciência é a causa dos principais problemas da sociedade industrial”. Entrevista a Antoine Reverchon. *Le Monde*. **Folha de São Paulo** em 20/11/2001.

NADELSTERN, Eric. “Ensinar a Competir”. Entrevista a Mônica Weinberg. **Revista Veja**, nº 2035, em 21/11/2007.

THE PROFESSIONAL EDUCATION IN A CONTEXT OF EVALUATION OF COMPETENCES: A DISCUSSION ON THE CHOICE OF INDICATORS OF PERFORMANCE.

***Abstract:** This article is divided into three parts as well as the final considerations. In its first part, the introduction, it presents the main purpose: to discuss the concept of performance in the work environment and of the economic globalization together with the context of Science, Technology and Society. The second part is based upon the Greek concept of asceticism to discuss the mechanisms of subjection of man to the constant changes in the performance patterns; with the aim of guaranteeing this man the status of a consumer. It also brings up the discussion on the permanence of this man/consumer in these selfsame productive processes, since new models of production have become more and more restrictive in the presence of the human. In its third part, the article moves on to the reflection on the Formal and Informal Educations, underlying the importance of society in the formation of the individual and presenting a criticism of the ways performance is evaluated, both in Education and in the work environment. All this reflection is permeated by a discussion on the hegemony of the nations that produce technology over the others, called “developing nations”, which, in a last resource, are suppliers of raw material, workmanship and atmosphere for production.*

***Key-words:** Competence, Economic Globalization, Technical Education, Performance Evaluation.*